

**A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO PERÍODO VARGAS (1930-1945) E O
PROJETO DE COLONIZAÇÃO DE ANDREAS THALER NA REGIÃO DE TREZE
TÍLIAS, SANTA CATARINA.**

Fabiana Angélica Pinheiro Câmara¹ - camara.fabiana@gmail.com

Alexandre Walmott Borges² - walmott@gmail.com

Paulo Roberto de Almeida³ - p.r.almeida@uol.com.br

Eixo temático- Política e Movimentos Sociais no Brasil no século XX.

Resumo

Este artigo é fruto de um projeto de pesquisa inicial e tem por finalidade apresentar o plano de assentamento da colonização austríaca empreendida sob o comando de Andreas Thaler, no Meio-Oeste catarinense, na região de Treze Tílias e como este se associa com a política migratória de ocupação espacial agrícola e populacional do Estado brasileiro no período varguista na década de 30. A metodologia a ser utilizada deverá compreender a análise bibliográfica e documental sobre a política migratória da era Vargas e o perfil e a história de Andreas Thaler como líder do projeto de colonização em Treze Tílias.

Listam-se como objetivos da pesquisa desenvolvida: analisar os antecedentes históricos de conflitos agrários na região da colônia; investigar alguns aspectos da política de imigração varguista nos anos 30; relacionar o projeto de colonização de Andreas Thaler com a política varguista; e discutir a bibliografia sobre o tema.

Palavras-chave: colonização; Treze Tílias; política imigratória.

Abstract

This article is the result of an initial research project and aims at presenting the Austrian colonization settlement plan undertaken under command of Andreas Thaler, in the Midwest of Santa Catarina, in the region of Treze Tílias. Furthermore, the methodology shall include bibliographical and documentary analysis of the immigration policy of the Vargas Era

¹ Doutoranda em História Social na Universidade Federal de Uberlândia, Mestra em Gestão Internacional e Desenvolvimento Econômico na Universidade de Reading, Inglaterra.

² Professor de Direito da Universidade Federal de Uberlândia e da UNESP, Doutorando em História Social na Universidade Federal de Uberlândia.

³ Doutor em História Social pela PUC-SP e Professor da Universidade Federal de Uberlândia.

and the profile of Andreas Thaler as leader of the colonization project in Treze Tílias.

The main purposes of this research comprise the analysis of agrarian conflicts in the Midwest region of Santa Catarina; the investigation of immigration policy under government of Getúlio Vargas in the 30's; and description of Andreas Thaler's colonization project and how it is related the Vargas's immigration policy and the bibliographical discussion about the theme.

Key-words: colonization; Treze Tílias; immigration policy.

1. Introdução
2. 2. Imigração na região Centro-Oeste de Santa Catarina
3. 3. Política Imigratória na Era Vargas
4. 4. Considerações finais
5. Bibliografia

1. Introdução

O município de Treze Tílias está localizado no Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina a uma altitude de 796 metros. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), a população total de Treze Tílias, estimada em 2013, era de 6.925 habitantes e as principais atividades econômicas da região são a pecuária leiteira e a agricultura.

A história da colônia de Treze Tílias remonta ao ano de 1933 com a fundação da colônia por imigrantes austríacos da região do Tirol⁴ sob a liderança de Andreas Thaler. O projeto de colonização de Andreas Thaler previa o assentamento de uma colônia católica de imigrantes agricultores e, com isso, garantir a sobrevivência destes que sofriam com a grave crise econômica que assolava a Áustria na década de 1930. Foi assim que em 1933,

⁴ O Tirol é uma região que inclui o Tirol Setentrional (Nordtirol) e Oriental (Osttirol) que são atualmente unidas ao estado austríaco do Tirol e Tirol Meridional (Suedtirol e Welshtiro) - as províncias autônomas de Trento e Bolzano pertencem à Itália. Disponível em <https://www.tirol.gv.at>, acesso em 15 Ago.2014

inicialmente embarcaram 85 imigrantes, a maioria procedente da região do Tirol e de Voralberg⁵ e, posteriormente, outros imigrantes de origem austríaca e italiana juntaram-se aos pioneiros.

Cabe ressaltar que durante este período, o último grupo de imigrantes sob o comando de Andreas Thaler estabeleceu-se na região em (1938) e Andreas Thaler faleceu em 1939. Nesse sentido, a problemática deste artigo busca verificar como a colonização austríaca de Treze Tílias se encaixou na política migratória vigente naquele momento e cumpriu a função de ocupação no território conflagrado por problemas agrários.

Sugestivamente, o nome da colônia agrícola, Treze Tílias ou, em alemão, Dreizehnlinden, adotado por Andreas Thaler inspira-se no épico pacifista cristão **Dreizehnlinden** do escritor alemão Friedrich Wilhelm Weber⁶.

Cumprir destacar que a região do centro-oeste catarinense, na qual o projeto de colonização austríaca foi realizado, havia sido palco de conflitos agrários envolvendo populações locais, no início do século XX e, na década de 30, e o projeto empreendido com a participação de colonos austríacos apresentava-se como forma de soluções dos problemas agrários. Neste sentido, a investigação permite analisar elementos eugênicos e étnico-raciais, em voga na época, e que alimentaram a política migratória brasileira, que guardaram afinidade com o projeto austríaco de colonização de Andreas Thaler.

Vale reiterar que a região de instalação da colônia havia sido o palco do conflito agrário do Contestado, havia 20 anos. Assim como outros movimentos, o Contestado representou o enfrentamento entre populações marginalizadas e a República. Na motivação, a exploração concedida à ferrovia para a exploração madeireira e extrativa em terras ocupadas imemorialmente por populações dispersas do Sertão. Some-se a isso a presença de cores milenaristas com a figura de monges e pregadores (Bueno, 2003). Encerrado o conflito não houve a pacificação já que a ocupação fundiária local continuava conflituosa. O projeto de Thaler adequava-se à ideia de que a ocupação europeia traria progresso e desenvolvimento ao Sertão.

Outra questão relevante é a preocupação com o vazio demográfico e de fronteiras. A região ocidental do Contestado fora o palco da questão de Palmas, na qual a Argentina

⁵Voralberg é um estado federado austríaco ao ocidente que faz fronteira com três regiões: Baviera, os cantões suíços, o Tirol austríaco e o principado de Lichtenstein. Disponível: http://www.vorarlberg.at/vorarlberg/tourismus_kultur/tourismus_kultur.htm, acesso em 15 Ago.2014

⁶ O livro manteve-se no currículo escolar da língua alemã até o advento do nazismo-hitlerismo. A saga consagra os valores cristãos de tolerância e amor, retratando o amor entre um nobre saxão e uma nobre franca. É a exaltação do triunfo do amor e da paz entre os diferentes.

reivindicou o oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná (WACHOWICZ, 1994). Na época do projeto de colonização austríaca, havia a preocupação com o vazio demográfico nas regiões de Santa Catarina além do planalto serrano e planalto norte. A ocupação por colonos austríacos católicos, adeptos de ideologias comunitárias e pacifistas vinha bem à pretensão brasileira colmatar lacunas territoriais (PIAZZA, 1982).

A despeito da preferência da política migratória varguista por um tipo ideal de trabalhador rural, o artigo permite ainda a exploração de outras facetas e contradições do caso de Treze Tílias. Primeiro, a fixação dos colonos resultou, em curto prazo, na sujeição dos próprios à condição de camponeses explorados. Segundo, a escolha dos colonos austríacos e de Andreas Thaler permite investigar outra temática de interesse à linha que é a subordinação da ordem do trabalho ao espírito de domínio territorial do Estado, ou seja, a escolha dos colonos austríacos de Treze Tílias era, em termos hipotéticos, uma forma eugênica e, simultaneamente, estratégica do Estado: colonizar com europeus que não colocassem em risco a integridade territorial.

A perspectiva colocada atenta ainda para a visão preconceituosa na política migratória, imaginando que determinados grupos poderiam trazer progresso e realizar os valores do trabalho na sociedade. Implicitamente, a política migratória embutia a exclusão de grupos locais que não se encaixavam no tipo ideal humano, relegando-os, ou perpetuando a exclusão dos camponeses pobres do interior, das populações descendentes de africanos e remanescentes de indígenas.

Acresce ainda a necessidade constante de discussão com a historiografia procurando evidenciar outros elementos capazes de desnudar aspectos até então desconhecidos ou mesmo revisar conhecimentos cristalizados sobre tais temáticas e processos.

2. Imigração na região Centro-Oeste de Santa Catarina

O processo de imigração que ocorreu principalmente entre a metade do século XIX e metade do século XX no Brasil resultou em muitas mudanças socioeconômicas. O Brasil recebeu milhões de europeus e asiáticos que vieram em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Como sugere Fausto (2006, p. 275):

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887 a 1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% total. Esta concentração se explica, entre outros fatores pela demanda de força de trabalho para lavoura de café naqueles anos. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes, mas após o conflito (1918) constatamos uma nova corrente imigratória que se prolonga até 1930. A partir de 1930, a crise mundial iniciada em 1929 e as mudanças políticas no Brasil e na

Europa fizeram com que o ingresso de imigrantes como força de trabalho deixasse de ser significativo.

A partir de 1930, a crise mundial em 1929 bem como as mudanças políticas no Brasil e na Europa resultaram na redução da imigração de estrangeiros como força de trabalho. Os imigrantes se concentraram nas regiões do Centro-Sul. De acordo com Fausto (2006), 52,4% dos estrangeiros se localizaram em São Paulo em razão das facilidades concedidas pelo Estado (passagens, alojamento) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão.

É nos desdobramentos desta crise que ocorrerá o projeto de colonização na região de Treze Tílias.

A região de Treze Tílias localiza-se no meio-oeste catarinense onde ocorreu o conflito, que conhecido como guerra do Contestado (1912-1916). O conflito envolveu descendentes dos Kaigangs, caboclos/sertanejos que viviam na região em atividades extrativas e de agricultura de subsistência. A concessão de largas faixas de terras à ferroviária Brazil Railway fez eclodir conflito agrário que envolveu não só as forças estaduais como determinou o suporte de tropas federais para a solução (BUENO, 2003).

Além das tensões sociais existentes, a parte ocidental do meio-oeste catarinense constituía um vazio populacional que despertava problemas de soberania. No que hoje são as regiões oeste de Santa Catarina e do Paraná havia a preocupação da região ser pretendida por Paraguai e Argentina, com a presença de populações oriundas dessas regiões (PILATI, 1991).

A partir da década de 20, o processo de colonização avançou na região do Meio Oeste Catarinense. A fim de integrar esta região ao desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, o governo procurou adotar medidas para promover a colonização. Com o discurso “de promover o progresso da região”, o poder público estimulou a presença de empresas colonizadoras particulares. Imigrantes estrangeiros como alemães, italianos, teuto-russos e poloneses, gaúchos, filhos de estrangeiros e passaram a habitar a região. Cabe ressaltar que esta região já era povoada e a colonização dos imigrantes acarretou na expulsão da população da local. Outrossim, de acordo com Da Silva e Da Rosa (2011, p.2):

A região se encontrava já povoada de grupos sociais (indígenas e não indígenas), atraídos pela extração da erva-mate ou das ou madeiras, pela criação de gado ou por outra atividade qualquer aquele espaço pudesse oferecer como forma de sobrevivência.

A possibilidade de extração da erva mate e da madeira e criação de gado na região atraíram os imigrantes que planejavam um começo de vida. Neste contexto, a colonização do Estado de Santa Catarina seguiu o curso dos rios e os trilhos das ferrovias.

Além disso, a região centro-oeste de Santa Catarina caracterizava-se pela frágil presença estatal em todas as esferas políticas, sociais e culturais o que motivou aqueles que precisavam escapar do controle do estado a se refugiarem na região, sobretudo durante a Guerra do Contestado (1916).

Alguns anos depois, o governo de Getúlio Vargas incentivou a ocupação territorial da região como forma de assegurar a soberania nacional. Por este motivo, o governo Vargas, criou em 1943, o Território Federal do Iguaçu, que hoje abrangeria os oeste do Estado do Paraná e Santa Catarina. O Território Federal do Iguaçu foi extinto em 1946. Conforme ressaltam Da Silva e Da Rosa (2011, p. 3):

A frágil presença do poder estatal nesse espaço em todas as suas esferas (política, fazendária, comunicação, segurança, saúde, educação e justiça) comprometia o ideal de segurança (tanto interna quanto externa) e de unidade nacional pensados por Getúlio Vargas. Por isso, em 1943, ele mandou criar o Território do Iguaçu, que abrangia, grosso modo, o oeste dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Com efeito, somente depois da extinção do referido Território, em 1946, é que os dois Estados da federação (Paraná e Santa Catarina) empreenderam políticas mais abrangentes e eficazes de expansão dos seus órgãos e agentes naquele sertão.

3. Política Imigratória na Era Vargas

Nesse sentido, a partir da década de 30, o governo Vargas implantou medidas políticas imigratórias seletivas e restricionistas com base nos modelos estrangeiros de eugenia que visavam ao aprimoramento da raça brasileira. Como afirmam Koifman e Dos Santos (2012), a eugenia foi criada no final do século XIX pelo cientista inglês Francis Galton no final do século XIX e desenvolvida especialmente nas grandes universidades americanas na primeira metade do século XIX. A eugenia era considerada na época uma ciência e se propunha a melhorar as qualidades físicas raciais, físicas e mentais das futuras gerações. Com base nas ideias eugenistas divulgadas no exterior, a política imigratória implantada na era Vargas fundamentou-se na escolha dos “melhores indivíduos.” De acordo com Koifman (2011, p. 28):

No limiar dos anos 1930, os setores da elite participaram de um intenso debate a respeito da imigração, ou mais precisamente, do tipo de imigrante que desejavam e que não desejavam para encher os imensos vazios do território nacional para

contribuir para a formação do povo brasileiro conforme como o desejável. Desta forma, partidários do eugenismo formularam propostas para a política imigratória, propostas essas que ao longo do primeiro governo Vargas foram sendo implantadas.

Nesse contexto, a fim de centralizar o controle e fiscalização do processo imigratório e colonizador, o governo de Vargas criou o Conselho de Imigração e Colonização em 1938. Segundo Geraldo (2009, p. 172 e 175):

O governo Vargas foi marcado pelo fortalecimento dos projetos de seleção e restrição direcionados ao ingresso de novos estrangeiros e pelo incremento de políticas de controle e repressão sobre os trabalhadores imigrantes, especialmente aqueles que se concentram em núcleos coloniais acusados de serem de difícil assimilação. Cabe ainda mencionar que, de acordo com o autor, na apresentação do primeiro número da Revista de Imigração e Colonização publicada pelo Conselho, o então Presidente deste, João Carlos Muniz, justificava a intervenção do Estado nos movimentos migratórios enfatizando a necessidade de planificar, selecionar e dirigir as “correntes humanas”, pois a acessibilidade a certas formas de assimilação étnica e contato social constituía uma condição essencial para o progresso nacional. O Conselho de Imigração e Colonização seria responsável por fomentar e fiscalizar a entrada e fixação especialmente de agricultores. Assim, uma das iniciativas relatadas teria sido a sugestão feita pelo Conselho ao Ministério a celebrar tratados de imigração com nações como Dinamarca, Suécia, Suíça e Iugoslávia, onde, enfim estariam os imigrantes desejáveis.

Por um lado, os negros, japoneses e especialmente os judeus eram considerados indesejáveis a partir da década de 30. Estes grupos de estrangeiros eram genericamente associados a problemas relacionados às ameaças de desfiguração e desnaturamento do povo brasileiro (KOIFMAN, 2011). Tal ameaça teria sido gerada em decorrência da política de livre imigração vigente na década 20.

Já na presidência, em 1932, Getúlio Vargas manifestou a ideia de aperfeiçoamento eugênico da raça, conforme ressalta Ernani Reis, funcionário do Serviço de Visto no período do governo Vargas, que partindo de vários discursos coletados do presidente, buscou interpretar seu pensamento da seguinte forma, como destaca Reis, Apud Koifman (2011, p. 29):

Ora, a introdução maciça de populações com o fim de encher os espaços vazios do nosso território, isto é, a introdução de uma quantidade tal de imigrantes que superasse a nossa capacidade atual, significaria fatalmente a desfiguração e o desnaturamento, do ponto de vista nacional, de vastas extensões do solo pátrio. Da tentativa de acrescer demograficamente o país resultaria, destarte, uma diminuição espiritual da pátria e essa diminuição espiritual poderia tornar-se, mais tarde, um fator da própria redução material da pátria, a saber, uma ameaça à sua unidade. Igual consequência teria de outra parte, a admissão de contingentes demográficos que a nossa experiência e a lição da história têm demonstrado pouco suscetíveis de fusão e também aquele cuja fusão representa uma força contrária à tendência para perfeita diferenciação de um tipo nacional. Só nos povos que pertencem ao nosso grande tronco étnico e cultural poderemos buscar imigrantes de cujos descendentes seja razoável esperar que se integrem no conjunto nação brasileira e correspondam ao

seu desejo de perpetuar-se com os outros, estejam hoje no terreno político em que estiverem.

Essas indicações permitem propor a investigação sobre o projeto de colonização de Treze Tílias, e se suas características vinham ao encontro dos princípios apregoados pela política imigratória do governo Vargas.

Andreas Thaler havia tido uma trajetória política de significativa importância na Áustria como Ministro de Assuntos Agrários por duas vezes nos gabinetes no período do governo parlamentar da – então – jovem república austríaca. Antes da eclosão da primeira guerra mundial, foi prefeito da cidade tirolesa de Wildschön. Em 1919 foi eleito para Parlamento Estadual do Tirol pelos municípios da região de Kufstein onde aderiu ao Partido Popular Social-Cristão. Andreas Thaler destacou-se como um defensor dos interesses dos trabalhadores do campo. Em 1924, assumiu a presidência da principal Associação Agrícola. No ano seguinte, tornou-se Senador Austríaco e, em 1926, Ministro da Agricultura do Governo Federal, acompanhando os chanceleres Rudolf Ramek (1924-1926) e o prelado e político Ignaz Seipel (1926-1929). Também exerceu funções nos gabinetes dos chanceleres Vaugoin e Ender. Thaler era filho de agricultor e também havia sido um deles antes de se dedicar à carreira política (BENESCH, 1946). Destacava-se como político do conservador Partido Social-Cristão na Áustria do qual os chanceleres Engelbert Dollfuß e Kurt Schuschnigg também faziam parte. Após 1933, Dollfuß e Schuschnigg alinharam-se com o movimento austro-fascista. Embora opositor da anexação pelo nazi-alemães, o movimento fascista austríaco era filiado aos movimentos de direita autoritária que inspiraram Getúlio Vargas na sua produção institucional e normativa. Conforme observa Mann (2004, p. 283):

O partido social-cristão oferecia a possibilidade de uma continuação do antigo regime dos Habsburgos, sem um monarca, mas com um nacionalismo conservador católico de certas tendências autoritárias. Estavam fortemente arraigados nas classes médias e na maior parte do interior do país e das pequenas cidades provinciais. A partir dos anos 1930, contudo, o governo do partido social cristão, no qual Andreas Thaler era Ministro da Agricultura, dependia do apoio no parlamento dos deputados mais radicais do Heimwehr, Guarda Doméstica, movimento parlamentar da direita do qual emergiu o movimento austro-fascista na Áustria. A maioria dos líderes social-cristãos, entre eles os chanceleres Dollfuss e Schuschnigg deixava-se levar agora para o fascismo por meio do corporativismo, embora seu fascismo fosse mais de intenções do que de fatos concretos.⁷

⁷É interessante mencionar que foi o governo do Chanceler Engelbert Dollfuss concedeu um orçamento oficial ao projeto de colonização de Andreas Thaler, Reiter, Osl e Humer (2011, pg.31).

Por outro lado, cabe analisar as razões que motivaram os tirolese australianos a aderirem ao projeto de colonização de Andreas Thaler naquele período. Na década de 30, a Áustria, assim como os demais países enfrentava os efeitos da crise econômica iniciada em 1929. Nesse sentido, os agricultores da região do Tirol foram os mais atingidos devido ao escasso auxílio do governo nesta região. Sendo assim, a crise econômica resultou na consolidação do projeto de colonização idealizado por Andreas Thaler como uma forma de oferecer a juventude campesina austríaca, que estavam às vias de se proletarizar, melhores condições de vida, como apontam Reiter, Osl e Humer (2011, p.25):

Muitas fábricas tiveram que paralisar sua produção e a inflação crescia assustadoramente. Os preços dos produtos agrícolas eram tão baixos que muitos agricultores não conseguiam pagar os impostos, sendo obrigados a vender suas safras por um valor irrisório. Muitos agricultores acabaram por perder suas propriedades que muitas vezes pertenciam a suas famílias por gerações.

Com a finalidade de dar início ao projeto de colonização, Andreas Thaler viaja à América do Sul em 1931 com o intuito de examinar a possibilidade de fundar uma colônia austríaca utilizando recursos financeiros concedidos por particulares. Primeiramente, Thaler visitou o Brasil e o Paraguai, e posteriormente, Argentina e Chile. Contudo, o clima do Paraguai, país que fora inicialmente escolhido, e a possibilidade de inadequação do solo para a plantação do algodão foram empecilhos para a concretização da colonização da região, como afirmam Reiter, Osl e Humer (2011, p.29):

Andreas Thaler pretendia emigrar para o Paraguai com um grupo de umas poucas centenas de emigrantes inicialmente e, com o passar do tempo, a população de emigrantes deveriam chegar ao número de 30 mil. Este projeto contaria com o apoio do governo do Paraguai e com o suporte financeiro de um banco. Uma sociedade de 2 milhões de Schillings deveria ser criada e, inicialmente, os emigrantes deveriam se dedicar à plantação de algodão na região. Contudo, o plano de colonização de Andreas Thaler no Paraguai apresentava desde o início grandes problemas. O clima da região parecia ser inadequado para os emigrantes agricultores alpinos e a dúvida quanto à adequação do solo para a plantação de algodão foram um dos obstáculos à execução do projeto de colonização. Além disso, culturas de algodão não exigem trabalho braçal do branco e, além disso, por melhor que sejam as condições do mercado, dificilmente os colonos poderiam manter sua independência dedicando-se exclusivamente às atividades plantação de algodão.

Além disso, o Brasil apresentava vantagens que eram atrativas para os imigrantes. O Brasil era um país grande e a temperatura média da região, que viria a ser conhecida como Treze Tílias, era em torno de 16 °C, portanto, o clima da região escolhida por Thaler parecia ser agradável aos tirolese. Ademais, a vegetação florescente, a possibilidade de água potável,

a possível de familiarização com os demais imigrantes alemães que já habitavam no Brasil e, principalmente, o suporte do governo para o estabelecimento da nova colônia pesaram favoravelmente na decisão (Reiter, Osl e Humer, 2011)

Outrossim, órgãos públicos e particulares do governo prestaram informações sobre terras disponíveis, condições de aquisição e possibilidades de colonização. Nesse sentido, durante sua visita ao Estado de Santa Catarina, Andreas Thaler foi assessorado por Walter von Schuschnigg, Cônsul austríaco naquela região e primo de Kurz von Schuschnigg, político que sucedeu o chanceler Engelbert Dollfuss logo após o assassinato deste e permanece no poder no período de 1934 a 1938, um ano após a colonização de Treze Tílias. Tornou-se amigo do Coronel Manuel do Nascimento Passos Maia, prefeito do município de Joaçaba que o apoiava em todos os aspectos (Reiter, Osl e Humer, 2011):

Em 1933, a desvalorização da moeda brasileira no mercado externo passou a ser outro atrativo para a fundação da colônia por imigrantes austríacos. Nesse sentido, com uma quantia relativamente baixa de Schillings (moeda austríaca da época) era possível manter-se por um longo período. Como apontam Reiter, Osl e Humer (2011, p.33):

Com dois a três mil Schillings era possível comprar uma colônia parcialmente desmatada com moradia simples, estrebaria, celeiro, dois cavalos, uma vaca e vários porcos. Portanto, com uma quantia que não permitia grandes saltos na velha pátria. Contudo, com uma aplicação de capital tão escassa, só era possível se estabelecer no campo e não na cidade. Por esta razão que no início, visavam-se, em primeiro lugar, camponeses e trabalhadores rurais para a fundação da colônia. Com uma quantia de 300 até 500 Schillings, a imigração já era possível, pois esse valor permitiria a subsistência por um ano. Após esse período, um colonizador trabalhador com os ganhos de sua colheita já se tornava autossuficiente.

Sendo assim, com o apoio integral da Embaixada do Brasil em Viena e com o suporte financeiro do governo austríaco, na figura do então Chanceler Engelbert Dollfuss, Andreas Thaler recebe uma doação federal para a concretização de seu projeto de colonização no Brasil (REITER; OSL; HUMER, 2011). Em março de 1933, Thaler abdicou de seu cargo de Ministro da Agricultura, a fim de se dedicar totalmente ao seu plano de colonização. Como ressaltam Reiter, Osl e Humer (2011, p.33):

Em 29 de Março de 1933, Andreas Thaler em companhia de outros políticos encontraram-se nas dependências do tabelionato do notário Dr. Rudolf Hruza, em Viena para fundar a Sociedade de Colonização no Exterior Ltda. Como objetivo do empreendimento foi declarada a Fundação e Direção de Colônias Fechadas no Exterior. A procuração única foi passada ao próprio Thaler Essa procuração autorizava o antigo ministro a realizar a compra e venda de sociedade. Desta forma, Andreas Thaler tinha, por assim dizer poder total em suas mãos sobre a colônia a ser fundada.

Por fim, no dia 10 de Setembro de 1933, o primeiro grupo de 85 imigrantes chega ao Brasil no navio “Princesa Maria”. Curiosamente, dois imigrantes sumiram durante uma parada no porto de Santos. (GINTER, 2003).

4. Considerações finais

Pode-se inferir que o projeto de assentamento da colônia de Treze Tílias é uma ilustração para compreender a política eugenista e ocupacional da era Vargas na década de 30. Para melhor compreensão do tema proposto, fez-se necessário discutir a bibliografia sobre o tema, abordar os antecedentes históricos dos conflitos agrários na região e analisar os motivos que levaram os imigrantes católicos austríacos a deixarem sua pátria e se estabelecerem na região do Centro-Oeste de Santa Catarina.

Neste sentido, a análise bibliográfica e documental de época sugere que a política imigratória de Vargas facilitava a entrada de certos tipos de imigrantes e excluía outros.

Bibliografia

ACHRAINER, Katrin: **Ein Minister greift zum Wanderstab: Andreas Thaler - eine Biographie**, 2005, 175 f. Dissertação (Mestrado em História) Universität Innsbruck.

ARAÚJO, Maria Celina D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____(ORG). **Getúlio Vargas**, Brasília: Câmara dos deputados, 2011.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: a incrível saga de um país**, 1ed. São Paulo: Ática, 2003.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas**, USP, 2013, disponível em <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/69531>>. Acesso em 30 Jul. 2014.

BENESCH, Leopold. **Dreizehnlinden: die österreichische Siedlung in Brasilien; gewidmet dem Gedenken Minister a. D. Andreas Thaler, des Gründers von Dreizehnlinden**, Linz: Oberösterr. Landesverlagung, 1946.

BANDECCHI, Brasil. **Origem do Latifúndio no Brasil e problemas de imigração na região Sul**. São Paulo: Obelisco, 1967.

BREPOHL DE MAGALHAES, Marionilde Dias. **Racismo no sul do Brasil: heranças de um mito**, Revista História, São Paulo, n. 129-131, p. 165-178, ago-dez.1994

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, T.A. Queiroz; São Paulo: Edusp, 1987.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **República, Identidade Nacional e Anti-semitismo (1930-1945)**, Revista História, São Paulo, n. 129-131, p. 153-163, ago-dez.1994.

_____. **O Anti-Semitismo na Era Vargas**. 1.ed.São Paulo:Perspectiva, 2001.

COSTA, Virginia (Coordenadora), **História da imigração no Brasil: as famílias**, 7. ed, Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 1986.

DA CUNHA, Jorge Luiz; GÄRTNER, Angelika. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: História, Linguagem, Educação**. Santa Maria: UFMS, 2003.

DA SILVA, Augusto; DA ROSA, Adenilson. **Antes do Oeste Catarinense: aspectos da vida econômica e social de uma região**, Revista Catarinense de História [on-line], Florianópolis, n.18, p.139-160, 2010. (Edição em 2011).

DE CARVALHO, Tarcísio Motta. **Coerção e consenso na Primeira República: A guerra do contestado (1912-1916)**, 2009, 214 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto; KOURY, Yara Aun. **História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli**, História e Perspectiva, n. 25/26, EDUFU, Jul/ Dez 2001 e Jan/Jun 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

GERALDO, Endrica, **O combate contra os “quesitos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo**, 2009, disponível em <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/337.pdf> > Acesso em 20 Jul.2014

GINTER, Luiz J. **O Tirol brasileiro, uma breve história de Treze Tílias e memórias da primeira infância**, [S.I.:s.n.],2003.

HERBST, Christian. Dreizehnlinden: **Die Siedler des Ministers**, 2009, 144 f., Dissertação, Mestrado em História, Universität Innsbruck.

HÖLZ, Norbert. **Weltpolitkeiner Österreicherin: von der Unabhängigkeit Brasiliens bis zum Abzug der Sowejts aus Wien**. St. Gertraudi: Tirol, 2011

IBGE, **Treze Tílias**,2014, disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/trezetilias.pdf>, acesso em 05 Ago.2014.

KOIFMAN, Fábio; DOS SANTOS, Ricardo Augusto. **A política imigratória do primeiro governo Vargas**. Revista digital Pré- Univesp, 2012. Disponível em <http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4273/a-pol-tica-imigrat-ria-brasileira-do-primeiro-governo-vargas.html>>. Acesso em 10 Ago. 2014.

KOIFMAN. **Imigrante ideal: O ministério da justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. São Paulo: Imago, 1995.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LOEWENSTEIN, Karl. **Brazil under Vargas**, New York: Macmilian, 1942

MAIO, Marcos Chor. **Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30**, em Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1973.

MANN, Mam, **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**, 4.ed, Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, 1982.

PILATI, José Isaac. **História da colonização de Maravilha**. Florianópolis: Edição da imprensa universitária UFSC, Florianópolis, 1991.

REITER, Martin; OSL, Monika; HUMER, **75 anos, Dreizehnlinden, Treze Tílias**. Curitiba: Visare, 2011.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**, Revista USP, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002

_____. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo**, em Dulce Pandolfi (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SCHULZE, Frederik. **A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940**, disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v21n1/0104-5970-hcsm-S0104-597020Treze005000014.pdf>>. Acesso em 1 Ago.2014.

SPECK, Agatha Cristina. **As raízes históricas da colonização austríaca: um estudo sobre a educação de Treze Tílias (1928-1938)**.2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2006.

WACHOWICZ, Ruy C. **Paraná a comunicação histórica além mar-oceano ao rio mar**, Revista Paraná desenvolvimento, Curitiba, n.83, p.85-87, set/dez 1994.

SCHWARTZMAN, Simon et alii. **Tempos de Capanema**, São Paulo: Paz e Terra: FGV, 2000.